

MEC descobre fraude em matrículas

■ Auditoria acha 86.382 falsos alunos em cidades do Ceará, Mato Grosso e Maranhão

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA – O Ministério da Educação encontrou indícios de fraude em 86.382 matrículas declaradas por municípios nos estados do Ceará, Mato Grosso e Maranhão. Os números constam de auditoria pedida ao MEC pelos próprios estados, depois de o ministério ter comunicado que iria cortar 84 mil matrículas que não correspondiam aos números do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em janeiro, ao anunciar os cortes, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, disse que alguns prefeitos “teriam mentido” com o objetivo de conseguir mais recursos para o 1º grau. Com o corte das matrículas irregulares deixaria de ser repassados em 1998, para diversos municípios, R\$ 4,5 milhões.

O cruzamento dos resultados do Censo Escolar com os dados do IBGE foi feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Segundo os técnicos do Inep, em alguns casos os números não indicam má-fé, mas desorganização no levantamento das matrículas para 1998.

O interesse de algumas prefeituras

em aumentar o número de matrículas se deve ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Criado em 1996, o fundo condiciona o repasse de recursos ao número de alunos da rede pública. O fundo criou polêmica, já que alguns estados, como Rio de Janeiro e Paraíba, perderão dinheiro para os municípios por terem redes pequenas.

Em janeiro, o MEC previa que as irregularidades iriam atingir 84 mil matrículas. No entanto, os resultados finais da auditoria apontaram bem mais do que isso. Só no Ceará, o cruzamento das informações do censo com os dados do IBGE levou o MEC a projetar o corte de 60 mil matrículas – número que foi reduzido para 47.276 mil com a auditoria feita pelo ministério no estado.

Os cortes no Maranhão, que seriam 21 mil, aumentaram para 28.581 com a auditoria. Em Mato Grosso, o corte foi de 10.525 matrículas. Na avaliação do Inep, o sistema de cruzamento de dados e a criação do fundo vão impedir a manipulação do número de alunos da rede pública. O fundo estadual, obrigatório desde o mês passado, evitará que, na distribuição dos recursos, os estudantes do 1º grau sejam prejudicados.